ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS



| PROCESSO: | 03105/2025 | |
|-----------|------------|--|
| PROCESSO. | 04/07/2025 | |

Secretaria Municipal de Administração/Gabinete do Prefeito ASSUNTO

Encaminha Ofício Nº 49/2025 - ADM/PMC - Solicitando Autorização Mediante Inexigibilidade para Contratação de Aluguel de Imóvel para Funcionamento da SEC. MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL Exercício 2025.



| FOLHA: | 01 |
|----------|---------------------------------------|
| PROC.: | 3105/75 |
| RUBRICA: | |
| | · · · · · · · · · · · · · · · · · · · |

Oficio n. 49/2025/SEC MUN ADM/PMC

Caxias, 04 de julho de 2025.

Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Caxias, no Estado do Maranhão.

A Secretaria Municipal de Finança, Planejamento e Administração – neste ato representada por seu Secretário Municipal, abaixo subscrito, vem, perante Vossa Excelência, REQUERER AUTORIZAÇÃO para contratação, mediante INEXIGIBILIDADE (art. 74, V, Lei n. 14.133/21) de ALUGUEL de imóvel, descrito no termo de referência em anexo, para funcionamento da (SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL), no exercício de 2025.

Sem mais para o momento, renovo protestos de estima e consideração.

Josinaldo Cordeiro

Secretário Municipal Adjunto de Administração

EXMO. SENHOR. JOSE GENTIL ROSA NETO M.D. PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS-MA NESTA



| FOLHA: | 92 |
|-----------|--------|
| PROC.: | 3308/7 |
| RUBRICA;_ | |
| | |
| | / |

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA-DFD

| INFORMAÇÕES DO RESPONSÁVEL E DA ÁREA RESPONSÁVEL | | | | |
|--|--------------------|--|--|--|
| Setor Requisitante SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO | | | | |
| Responsável pela formalização da demanda | JOSINALDO CORDEIRO | | | |
| Cargo/Função | SECRETÁRIO | | | |

OBJETO DA CONTRATAÇÃO:

Aquisição de um imóvel para atender as necessidades de atendimento e segurança às pessoas da zonas urbana e rural do referido povoado

PREVISÃO DA DEMANDA NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES:

Não houve a elaboração do Plano de Contratação Anual para 2025.

| ld do item no PCA | Descrição |
|-------------------|-------------------|
| | LOCAÇÃO DE IMOVEL |

JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO PRETENDIDA:

- 1.1 1.1 O municipio de Caxias não dispõe de imóveis vazios para sediar a SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL, com isto, há a necessidade de se locar um imóvel com capacidade de tamanho, estrutura física e logística adequadas para tal, de forma que o mencionado imóvel est localizado numa região da cidade, facilitando assim, toda a logística de segurança dos citados bairros.
- A Secretaria Municipal de Administração identificou que na RUA DACRECHE, S/N BREJINHO existum imóvel que atende as necessidades para o bom funcionamento do órgão

ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO/EXECUÇÃO DO SERVIÇO E QUANTITATIVO:

01-PREDIO PARA SEDIAR A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL 02-TERÁ DURAÇÃO DE 06 (SEIS) MESES 03- 01(UM)

| ITEM | UNfD. | QUANT. | DESCRIÇÃO DO IMOVEL | |
|------|-------|--------|--|--|
| 1 | UND | 01 | imovel construido em alvenaria de tijolos coberto com telhas canal, totalizando 120,00m2, localizado na RUA DA CRECHE, s/n – Brejinho. | |



| FOLHA: | 03/ |
|----------|----------|
| PROC.: | 3105/25 |
| RUBRICA: | , |
| | |

| Prorrogação do contrato: (X) Sim () Não |
|---|
| Compra corporativa: () Sim (X) Não |
| A aquisição depende de indicação de vinculação ou dependência com o objeto de outra demanda () Sim (X) Não |
| Indicação para abertura do processo, a fim de não gerar prejuízos ou descontinuidade da atividades do órgão ou da entidade: 02/01/2025. |
| Data prevista para contratação: 31/12/2025. |
| Grau de Prioridade (em conformidade com o plano de governo e planejamento estratégico): |
| Baixa() Média() Alta (X) |
| Forma da contratação: Pregão () Concorrência () Dispensa/Inexigibilidade (X) Outras |
| Submetemos o referido Documento de Formalização de Demanda para avaliação e decisão da autoridade competente. |
| Equipe Técnica: Othor Luis Machado Maranhão |
| Secretário Municipal de Finançes Administração, Planejamento e Gestão Fazendária |
| A⊔torização do Ordenador de Despesa: |



PROC.: 3395/25
RUBRICA: _____

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Nº Processo: 3105/2025

SOLICITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO FAZENDÁRIA

PROPRIETÁRIO: MARIA DO ROSÁRIO VERAS VIEIRA

OBJETO DA AVALIAÇÃO: Edificação térrea

Tipo de Bem: IMÓVEL RESIDENCIAL

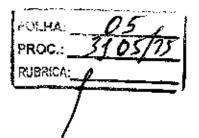
Descrição Sumária do Bem: Situada na RUA DA CRECHE*, S/N NO POVOADO BREJINHO, na cidade de Caxias/MA. Sendo o terreno com área de 600,00m² com os seguintes limites e confrontações: Frente medindo 15,00m, fundo medindo 15,00m; Lado esquerdo medindo 40,00m; Lado direito medindo 40,00m.

Área construida total (m²): 120,00m² aproximadamente

Área averbada (m²): 120,00m² de área construída

Área do terreno (m²): 600 00m²





| Parecer Técnico de Avaliação para Imóveis Urbanos e Bens Móveis |
|--|
| OCUPANTE DO IMÓVEL: |
| Tipo de ocupação: Imóvel Próprio |
| FINALIDADE DO LAUDO/PARECER TÉCNICO; |
| Aluguel de imóvel por parte do requerente |
| OBJETIVO DA AVALIAÇÃO/PARECER TÉCNICO: |
| Determinação do valor de |
| mercado. |
| IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO BEM AVALIADO: |
| Período da vistoria: <u>23/ 06/ 2025</u> |
| Caracteristicas: |
| |
| |
| DIAGNÓSTICO DO MERCADO: |
| » Liquidez: Liquidez normal; |
| » Desempenho de mercado: Normal; |
| » Número de ofertas : Não há outras ofertas para o imóvel; |
| » Absorção pelo mercado: Rápida; |
| » Facilitadores para negociação do bem: Intenção de locação do proprietário. |
| |
| |
| |
| |
| |
| |
| |
| |
| |



| SOLHA: | 08 1 |
|-----------|---------|
| PROC.: | 3105/25 |
| RUBRICA:_ | |
| | |

| RESULTADO DA AVALIA | ÇĀO | E DATA | DE F | REFERÊNCIA: |
|---------------------|-----|--------|------|-------------|
|---------------------|-----|--------|------|-------------|

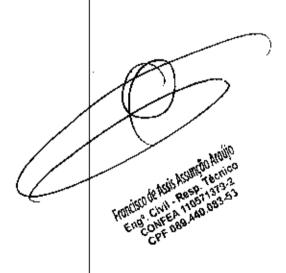
Valor de Mercado (VALOR ENCONTRADO DAS MÉDIAS X M2 DO IMÓVEL): R\$:20,83

PROFISSIONAIS RESPONSÁVEIS:

FRANCISCO DE ASSIS ASSUNÇÃO ARAUJO, CONFÉA № 110571379-2.

LOCAL E DATA DO LAUDO/PARECER TÉCNICO:

Caxias, 23 de junho de 2025





PROC.: 3105/25 RUBRICA:

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contração da solução aqui atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la em observância à normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

1-DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A demanda ora em analise refere-se ao processo nº 3105/25 que tem como objeto a locação de imóvel, destinado ao funcionamento da SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL, Vez que a municipalidade não possui prédio próprio para atender a mencionada secretaria.

É importante frisar que o imóvel objeto da locação serve para atender pelos próximos anos, e, que de acordo com o demandante, o mesmo atende as finalidades precípuas da administração, visto que dispõe de espaço e localização extremamente favoráveis para o desenvolvimento das atividades finalísticas.

Desta feita, tendo por base as informações da demandante faz-se imprescindível a manutenção da referida locação para dar continuidade aos serviços e atividades realizadas pela mencionada secretaria.

2-REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

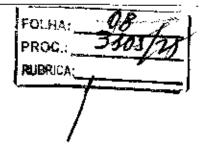
A locação de imóvel se justifica pela necessidade de ter um local para o funcionamento da SEC. MUN. DES. RURAL, visto que tem boa localização e fácil acesso como por exemplo, entrada e saída de veículos e fica nas proximidades da BR 316.

3-LEVANTAMENTO DE MERCADO

Diante da necessidade do objeto deste estudo foi realizado o levantamento de mercado no intuito de prospectar e analisar soluções para a pretensa contatação, que atendam os critérios de vantajosidade para a Administração, sobre os aspectos da conveniência, economicidade e eficiência.

Assim, em posquisa sobre o panorama do mercado na internet, observou-se que em mátria de soluções para o funcionamento da SEC. MUN. DES. RURAL, a Administração Pública em geral costuma adotar ao menos duas opções para execução deste serviço, são elas:





3.1 Locação:

No modelo de aquisição de imóvel, o serviço consiste na disponibilização de imóvel pela contratada com todas as os custos dele decorrentes, construção, reforma e manutenção. Esta solução é adotada em situações especificas com por exemplo, quando a locação não se mostra uma opção viável, isto é, não e localizado nenhum imóvel que se adeque as condições necessárias para o funcionamento.

3.2 Locação

No modelo de locação de imóvel o serviço consiste na disponibilização de imóvel pela contratada com todas as características requeridas pela contratante, mediante os termos contratuais, quando não existe local de posse da administração pública que seja compatível coma sua necessidade.

Este é modelo mais representativo no âmbito dos órgãos da Administração Pública municipal atualmente.

3.3 Analise da Sofução

Solução: Locação de imóvel, destinado ao funcionamento da SEC. MUN. DES. RURAL, a ser realizada por inexigibilidade de ticitação utilizando-se o critério de singularidade do imóvel a ser locado pela Administração evidenciando vantagem para ela. A declaração emitida pelo setor de patrimônio da Prefeitura Municipal de Caxias atesta a inexistência de imóvel de propriedade do município que atenda aos critérios e necessidades da mencionada Secretaria.

4-DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Em primeiro momento, com relação ao modelo de contratação a ser escolhido, sugere-se que seja adotado o modelo de locação de imóvel. Isso porque uma das principais vantagens apresentadas por esse modelo de contatação é o baixo custo, quando comparado com a aquisição de imóvel.

Conforme se evidencia no caso em analise, a escolha do imóvel baseia-se por este ser o único imóvel da região que atende aos interesses da Administração e possui os requisitos necessários para o funcionamento do citado IMÓVEL previamente no processo, localizado na RUA DA CRECHE, S/N – BREJINHO. Ademais, o imóvel escolhido é localizado em área estratégica para a prestação dos serviços com fácil acessibilidade e uma ampla rede de outros serviços nos seus arredores, como a proximidade com os bairros de grande necessidade de suporte.

No caso em questão, está configurada a hipótese de utilização da contatação direta por inexigibilidade de licitação, nos termos do artigo, 74, V e parágrafo 5º da lei nº 14.133/2021, tendo em vista que o imóvel atende as necessidades de estrutura e localização.



PROU 3105/15

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

5-ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Não se aplica

6-JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

Não aplicável. Em razão das características do contratado, por ser item único e indivisível, não há o que se falar de parcelamento do objeto.

7-CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Trata-se de procedimento autônomo, independente de outras contratações, como ocorre em todo exercício financeiro, para evitar a paralização das funções essenciais desenvolvidas pela SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL.

8-ALINHAMENTO COM O PAC

A locação pretendida encontra-se alinhada com a lei ORÇAMENTRIA ANUAL do MUNICIPIO, bem como com o Quadro de Detalhamento de Despesas, conforme declaração orçamentaria expedida pelo setor contábil desta Prefeitura.

9-DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

A expectativa dos resultados a serem alcançados com a presente contratação são:

- a) Garantir as mínimas condições de alocação de moveis e agentes públicos;
- b) Conferir facilidade de acesso do público alvo.

10-PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

O imóvel deve estar em estado de servir ao uso a que se destina de forma a garantir as condições físicas para o bom funcionamento das atividades da SECRETARIA durante a vigência do contrato.

11-IMPACTOS AMBIENTAIS

Não se aplica

12- VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Em relação à viabilidade da contratação, constata-se:

- A relação custo-beneficio da contratação é considerada favorável.
- -Os requisitos relevantes para a contratação foram adequadamente levantados e analisados, inclusive o tempo esperado para que a solução esteja disponível para o órgão.



FOLHA: 10 PROC.: 3105/15 RUBRICA:

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

ESTUDO TECNICO PRELIMINAR

Caxias, MA, 04 de julho de 2025.

CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por este instrumento, o secretário abaixo assinado declara estar ciente e concordar com o inteiro teor de ETP – ESTUDO TECNICO PRELIMINAR, referente ao processo 3105/25, que tem como objeto a locação de imóvel destinado ao funcionamento da SEC MUN DES RURAL, e das normas a que faz referência.

Por fim, declara e aceita:

Secretário Municipal Adjunto de Administração



FOLHA: 11
PROG.: 3101/21

TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO

Locação de um imóvel, para atender a demanda desta Secretaria Municipal Adjunta de Administração, nos mais diversos setores e secretarias, conforme discriminados no Termo de Referência.

JUSTIFICATIVA

A Prefeitura Municipal de Caxias, através de suas políticas públicas de incentivo e fomento a agricultura familiar, realiza no decorrer do ano, diversas atividades no âmbito social, com serviços descentralizados, com isto, há a necessidade de locação de vários imóveis, em vários bairros e povoados, exatamente para abranger todas as comunidades, conforme consta no calendário das Secretarias Municipais.

As atividades no ano de 2025, dentro dessas Secretarias Municipais terão como meta: atingir toda a Rede Municipal de diversas áreas nas zonas Urbana e Rural.

QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES

| ITEM | UNID. | QUANT. | DESCRIÇÃO DO IMOVEL |
|------|-------|--------|--|
| 1 | UND | 01 | Imóvel construido em alvenaria de tijolos coberto com telhas canal, medindo 120,00m2, localizado na RUA DA CRECHE, s/n - Povoado Brajinho. |

4. DA EXECUÇÃO

4.1. O processo de locação deverá ocorrer entre 02 e 31 de julho de 2025.

5. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO E EXECUÇÃO

5.2. O contrato terá sua vigência até dia 31/12/2025.

6. VALOR GLOBAL: R\$ 15,000,00 (QUINZE MIL REAIS

7. VALOR MENSAL: R\$ 2.500,00 (DOIS MIL E QUINHENTOS REAIS)

8. QUANTIDADE DE PARCELAS: 06

recebimento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade civil, nem da ético-profissional, pela perfeita execução do contrato.



| FOLHA: | 12/ |
|-----------|---------|
| PROG.:_ | 3305/25 |
| RUBRICA:_ | |
| | |

9. DA FISCALIZAÇÃO

- 9.1. A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração;
- 9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos;
- 9.3. A fiscalização da CONTRATANTE fará o possível para que a CONTRATADA não execute tarefas em desacordo com as preestabelecidas;
- 9.4. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. A disciplina das sanções administrativas aplicáveis no curso da licitação e da contratação é aquela prevista no Edital e legislações correlatas.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS / INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

- 11.1. O pagamento será efetuado em moeda corrente do País em até 30 (dias) após o faturamento, mediante a apresentação da Ordem de Serviço, da Solicitação de Pagamento e do recibo, acompanhados da Fatura contendo no seu corpo além da discriminação do serviço efetivamente executado, referência ao número do contrato, devidamente atestado por quem de direito:
- 11.2. Qualquer descumprimento das exigências estipuladas neste Termo de Referência poderá ser aplicado as sanções previstas na Lei de licitação em vigor, conforme estabelecido no instrumento convocatório.

12. DOS RECURSOS FINANCEIROS

12.1 As obrigações assumidas serão pagas com Recursos do FPM.

13. DA ADJUDICAÇÃO

14.1 A Critério da CCL



| FOLHA; | 13 |
|-----------|---------|
| PROC.:_ | 3105/15 |
| RUBRICA:_ | / |
| | 1 |

Caxias - MA, 04 de julho de 2025.

Atenciosamente,

osinaldo Cordeiro

Secretário Municipal Adjunto de Administração



ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMÓVEIS

Tendo em vista que a Prefeitura Municipal de Caxias não dispõe de imóvel de sua propriedade que possa atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração para o bom funcionamento e atender as condições estruturais mínimas da SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL, venho por meio desta declaração informar a inexistência de imóvel público vago e disponível para a utilização do órgão em questão.

Caxias, 04 de julho de 2025.

Secretário Municipal Adjunto de Administração

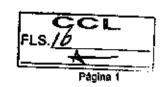
FOLHA: 55 PROG.: 5805/20 RUBRICA: 4 OFICIO 3105/2025.

À Secretaria Municipal de Finanças para inserção de Dotação Orçamentária.

Caxias, MA, 04/07/2025.

Joseph Line of the land of the





COORDENAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ProcessoAdministrativo 03105/2025.

Informo que existe dotação orçamentária para ocorrer com a despesa do referido processo, conforme rubrica a seguir:

Órgão: 02 SEC. MUN. DE ADMIN, FINANÇAS, PLANE) E GESTÃO FAZENDÁRIA

Unidade: 04 SEC. MUN. DE ADM, FINANÇAS, PLANEJAMEN. E

GESTÃO FAZENDÁRIA

Proj/Ativ: Manut. E func. da sec. mun. de admin. Finanças, Planej. E

GESTÃO FAZENDARIA

<u>Dotação:</u> 04.121.0023.2091.0000 3.3.90.36.00

OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA

Saldo R\$:

46.871,00

Joaci Notes dos Santos Contador CRC 4.517-MA Caxias-MA, 04/07/2025





PROCESSO ADMINISTRATIVO

3105/2025

AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE PROCESSO, APROVAÇÃO DO TERMO DE REFEÊNCIA E DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.

Ilmo, Sr.

Presidente da Comissão Central de Licitação.

Senhor Presidente,

Em Obediência ao que dispõe o Caput do Artigo 74 da Lei Federal 14.133/2021 e Alterações AUTORIZO Vossa Senhoria para que tome as devidas providências, no sentido de realizar Contrato de Locação de Imóveis conforme solicitação expressa no Processo Administrativo supra.

APROVO o Termo de Referência anexado aos autos do Processo epigrafe.

DECLARO para os do inciso II do artigo 16 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Que as despesas especificadas no Processo Administrativo acima identificado possuem adequação orçamentaria e financeira com a Lei Orçamentária Anual (LOA) e compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentarias (LDO).

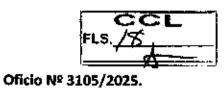
SOLICITO ainda que sejam obedecidos os dispositivos da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021 e todas as outras normas inerentes ao pleno cumprimento das legislações Vigentes.

Caxias – MA, 04 de julho de 2025.

Atenciosamente.

Othon Luft Machido Mgranhão

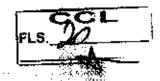
Secretário/Municipal de finanças, Administração, Planejamento e Gestão Fazendária

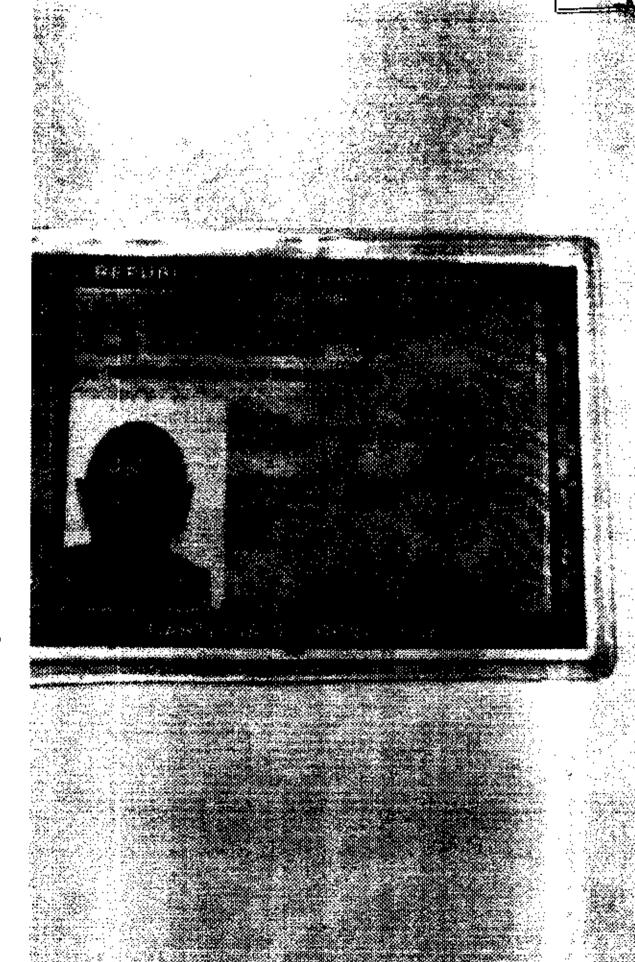


À Comissão Central de Contratos para conhecimento, análise e providências que se fizerem necessárias.

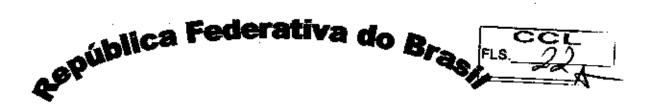
Caxias, MA, 04/07/2025.

Secretário Municipal Adjunto de Administração





| 00004000 | | | A phicase of the second of the |
|--|--|--|--|
| WARM OO RO | ARIO VERAS VIEIRAS | The state of the s | 21/05/2424 B/2024 |
| 1835 TRAY, SAC | RAMUNDO, 0 | Lençamento: 875079 CBP: | 2 (A) sq1 |
| SHAME DO THE W | 756 | MA. | · . |
| | 1980 | | 9679-00001-38550 |
| HOROUSTRO | 作作的 音音点 | | |
| ٠. | DATA METALAÇÃO | COS | PREAL |
| LEITURA ANTERIOR | DATA LEITURA | AGUA AND AND AND AND AND AND AND AND AND AN | WEST WAL |
| LETURE ATURE | DATA LETTURA | TAXA DE LICLAÇÃO PLUMACA | 3 |
| CONSUMO | Delication and the second | | |
| GEORRENGIA | f | The state of the s | |
| غور جهاد ده و د سته د د د ر | 36 FITURISTA | | |
| | Jeografia Salita | | 51 |
| | | | Ber weite bertiebnitung |
| Trains | | | Beig. |
| 67672 67972 | The state of the s | | 342 448 AA. |
| Michael . | - | China . | Ton Dealers Patient Com |
| ECONOMIZE AGUI | RATIO) DERSI - 4805 (WHATS | MP) | 1,00 & 16 0,00 MENTOS NA |
| ECONOMIZE AGU | RATIS): 96933-4905(WHATS | | |
| ECONOMIZE AGUI | RATIS): 96933-4905(WHATS | SAPO | MENTOS NA |
| VENCIMENTO | RATIS (19833-1905(WHATS | TORRITO | |
| VENCIMENTO | ARTIS (1985)33-4905 (WHATS | TORRITO | MENTOS NA |
| VENCIMENTO consumbre Wiscricao | CARGO GLACO MES PER EN | MALOR RS | MENTOS NA |
| VENCIMENTO CONSUMBERS WISCRICAD | CARGO SURFACE MEDICAL COMPANY | MALOR RS | MENTOS NA |
| VENCIMENTO CONSUMBER WISCRICAD WISCRICAD MISCRICAD END. TRANS SAO RAMENTO | RATIO TORREST - 1805 (WHATS | MALOR RS | MENTOS NA 41.61 |
| VENCIMENTO CONSUMBERS VENCIMENTO CONSUMBERS INSCRIÇÃO MORRADO ENEL TRÂM, SÃO RAMINADO BRE BOID | CARGO SURFACE MEDICAL COMPANY | MALOR RS | MENTOS NA |
| VENCIMENTO CONSUMBORE WISCRIÇÃO MODELMOS ENEL TRÂM, SÃO RAMBINOS BORNAS SONO LOCAL S | ARTIS (1985)33-4805 (WHATS ARROS SAROS SER (EX) EX 1040425 | MALOR RS | MENTOS NA 41.61 |
| VENCIMENTO CONSUMBRE WISCRICAD MISCRICAD MISC | ARROR GLAROR WERE STATE OF STA | WALOR RS | MENTOS NA 41.61 |
| VENCIMENTO CONSUMBORE WISCRIÇÃO MODELINO END. TRAN. SÃO REMINIOS STREET SÃO SERVICO LOCAL SERVICO LOCAL SERVICO LOCAL SERVICO SERVICO LOCAL SERVICO LOCAL SERVICO LOCAL SERVICO SERVICO LOCAL SERVICO SERVICO LOCAL SERVIC | ARROR GLAROR WERE STATE OF STA | MALOR RS | MENTOS NA 41.61 |
| VENCIMENTO CONSUMBERS WISCRICAD WIS | ARROR GLAROR WERE STATE OF STA | WALOR RS | PAGUE COM PIX |
| VENCIMENTO CONSUMBERS WISCRICAD WIS | ARROR GLAROR WERE STATE OF THE | WALOR RS | MENTOS NA 41.61 |
| VENCIMENTO CONSUMBLE MISCRICAO MISC | AROO GLACO OR HE HE EN | WALOR RS | PAGUE COM PIX |



ESCRITURA PARTICULAR DE COMPRA E VENDA (R\$ 60.000,00)

Eu, ANTONIA LUIZA RIOS CAVALCANTE, brasileira, maior, residente e domiciliada no Povoado Brejinho, Zona Rural, Gaxias- MA, portadora do CPF de nº 784.449.693-20, declaro para os devidos fins de direito que recebi da Sra. MARIA DO ROSÁRIO VERAS VIEIRA, brasileira, maior, portadora do CPF nº 133.992.093-04, a importância supracitada de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), referente à venda de um terreno medindo 15m de frente e 40m de comprimento, com uma casa encravada de 120m², localizado na Rua da Creche s/n, Povoado Brejinho, 1º Distrito de Caxias- MA

Neste ato transfiro todos os direitos para o dito comprador, domínios e ações que una sobre o retendo imóvel, podendo o mesmo usá-to e desfrutá-lo da meihor forma e maneira que bern lhe convier, pois de hoje em diante e em qualquer tempo comprometo-me a manter esta venda sempre de paz firme e valiosa tanto em juizo como fora dele, dando-lhe plena e geral quitação de pago e recebido da supra e já citada quantia que neste ato contei e achei certo. E que por firmeza da verdade mandei digitar o presente recibo que depois de lido e achado conforme dato e assino afim de que possam ser mantidos os seus devidos e legais efeitos no presente e no futuro em juízo ou fora dele.

Caxias-MA, 20 de janeiro de 2021.

<u>DUNG MULICA KIOS (DURIFOUL)</u> ANTONIA LUIZA RIOS CAVALCANTE

Vendedor(a)

MARIA DO ROSÁRIO VERAS VIEIRA

Comprador(a)

Pode: Judiciano TJAIA Selo: RECFIRIOSIOSETQCTHSV5P31L0WB1. 22(07/2025 09:21:13, A5x. 13.17.4. Proteogr ANTONIA L197A RHOS CAVALCANTE. Rec Franci Samehanca, 1058 P\$ 23,16 Enrol P\$ 20.86 FFRC 开系 0,82 FADEP R\$ 0,63 FEMP FF. 0,83 Consults ena 188ps://doi.org/10.bt/

Taria Kila Andrews





DECLARAÇÃO

Eu, MARIA DO ROSÁRIO VERAS VEIRA, declaro está de acordo com o CONTRATO DE LOCAÇÃO de um imóvel de minha propriedade localizado na Rua da Creche, s/n – Povoado Brejinho, para o exercício de 2025.

Caxias, MA, 04 de julho de 2025.

Maria do Rosário veras vicira

Proprietária



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: MARIAO DO ROSARIO VERASVIEIRA

CPF: 784.449.693-20

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dividas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

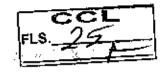
Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços http://rfb.gov.br ou <a href="http://www.pgfn.gov.br.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 08:14:24 do dia 04/07/2025 <hora e data de Brasília>.

Válida até 01/01/2026.

Código de controle da certidão: **706B.8114.9BA9.AFB2**Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: MARIA DO ROSARIO VERAS VIEIRA

CPF: 784.449.693-20

Certidão nº: 41731084/2025

Expedição: 04/07/2025, às 08:17:44

Validade: 04/01/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data

de sua expedição.

Certifica-se que MARIA DO ROSARIO VERAS VIERA, inscrito(a) no CPF sob o nº **784.449.693-20**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

SECRETARIA MUNICIPAL
DE ADMINISTRAÇÃO,
FINANÇAS, PLANEJAMENTO
E GESTÃO FAZENDÁRIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO N 03105/2025

APROVAÇÃO, AUTORIZAÇÃO E DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.

Αo

Ilmo, Sr.

Presidente da Comissão de Contratação

Senhor Presidente,

Em obediência ao que dispõe a Lei Federal nº 14.133/21 e alterações, **APROVO** os procedimentos até aqui realizados e **AUTORIZO**, Vossa Senhoria para que tome as devidas providências, no sentido de realizar procedimento licitatório conforme solicitação expressa no Processo Administrativo supracitado.

Na qualidade de ordenador de despesas desta unidade, **DECLARO**, nos termos do Art. 105 e Art. 150 da Lei 14.133/2021, que a despesa abaixo identificada tem adequação e disponibilidade de créditos orçamentários para pagamento da(s) despesa(s) contratual(is) que venha ocorrer, os quais encontram-se dispostos no Quadro Detalhado de Despesa, extraídas da Lei Orçamentária Anual (LOA), em consonância Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), compatível com o Plano Plurianual (PPA).

DECLARO ainda que a(s) despesa(s) preenche(em) os requisitos exigidos no inciso II do artigo 16 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

DETERMINO que sejam obedecidos os dispositivos da Lei nº 14.133/21, e todas as outras normas inerentes ao pleno cumprimento das legislações vigentes.

Caxias, 04/07/2025

OTHON LUIR MACHADO MARIANHÃO Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento e Gestão Planedária.



SECRETARIA MUNICIPAL
DE ADMINISTRAÇÃO, FLS.
FINANÇAS, PLANEJAMENTO
E GESTÃO FAZENDÁRIA

Processo nº 03105/2025.

A Comissão Central de Licitações

Encaminhamos processo supracitado, para as devidas providências.

Caxias (MA), 04/07/2025.

OTHON LUTZIMACHADO MARANHÃO
Secretário Mynicipal de Administração,
Finanças, Elemejamento e Gestão
Eazendária







AUTUAÇÃO DO PROCESSO

Pelo presente instrumento, autuamos esse processo Administrativo que deu origem ao processo licitatório nas condições abaixo, juntando o edital específico.

DA LICITAÇÃO

- Processo Administrativo nº 3105/2025
- Modalidade: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
- Requisitante: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

DO OBJETO DA LICITAÇÃO

Descrição: LOCAÇÃO DE IMÓVEL para funcionamento do (a) SEC. MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL, situada no endereço a seguir Rua da Creche S/N – 1º Distrito - Povoado Brejinho, Município de Caxias – MA, vinculada à Secretária Municipal de Finanças, Administração, Planejamento e Gestão Fazendária deste município;

ESTIMATIVA DE VALOR

R\$ 15.000,00 (Quinze mil reals)

DAS CONDIÇÕES GERAIS

Observar / Justificativas de interesse público: O uso do imóvel em tela para a
finalidade acima descrita é adequado vez que, o mesmo, pela quantidade de
cómodos disponíveis, localização física e disponibilidade de mercado. O mesmo
revela-se não só adequado, como também oportuno para uso, mediante contrato
de locação, pela Administração Pública Municipal, revertendo em amplos
benefícios para a população. O valor da proposta apresentada pelo proprietário
do imóvel, também se revela adequada, vez que dentro da média e realidade do
mercado imobiliário local.

DA INDICAÇÃO DOS RECURSOS

 As despesas para atender ao objeto desta INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, ocorrerão por conta da dotação orçamentária:

02.04.04.121.0023.2091.0000 3.3.90.36.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -- PESSOA FISICA

Comissão de Contratação da Prefeitura Municipal de Caxias, Estado do Maranhão, em 07 de julho de 2025.

Igor Mário Cutiem dos Santos Presidente de Comissão de Contratação





Diário Oficial

Prefeitura Municipal de Caxias - MA Prefeito José Gentil Rosa Neto

Grado pela Let Nº 230 (2011) Nº, 612 (0006) Caxillas - Min (0,017/00).

EXPEDIENTS.

Criado pela Lei Nº 2331/2017 , é uma publicação exclusivamente eletrônice da Administração Direta deste Municipio:

ACERVO

Voce pode acessar as edições do Dijário Cilicial de forma online airavés da seguinte endereço: https://www.caxtas.ma.gov.bipdigrio. Para realizar pesquisas utilizando qualquer termo ou apricar filtros específicos, basta acessar a mesma página: https://www.caxies.ma.gov.hr/diarie. Importante resealtar que todas as consultas, pesquisas e downloads são totalmente gratuitos e não requerem nentron tipo de cadastro previo:

PERIDIOCHDADE

As edições eão publicadas diariamente, exceto nos dins de sébedo, dumingo e forindos. RESPONSAVEL.

Prefetture Municipal de Carles - MA

CNPJ: D5.281.738/0001-96; Prefetto José Gentil Ross Neto

Budereco: Praça Dias Carnetro: 600, Centro

Telefone: (99) 3521-3615 e-mail:

diario@caxias.ma,gov.br

Site: https://www.cariss.ma.uev.in-

SUMARIO

- 1 GABINETE
- ERRATA
- DECRETOS

ERRATA Nº 01 DE 03 DE JANEIRO DE 2025.

ERRATA SOBRE O ANEXO I DA LEI MUNICIPAL N° 2.733 DE 02 DE JANEIRO DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS, Estado do Maranhão, José Gentil Rosa Neto, no uso de suas prerrogativas e atribuições legais, fundamentado no art. 65, incisos II, VIII, XII, da Lei Orgánica do

Município,

RESOLVE:

Art. 1º. No Anexo I da Lei Municipal nº 2733 de 02 de janeiro de 2025;

ONDE SE LÊ:

| | 11,711,111 | |
|---------------------------|------------|------------------|
| 8 (65/44) | 14 (W.S.). | 812 Norfeel agai |
| CHEFE DE GABINETE | AS-1 | 01 |
| ASSESSOR TECNICO | A\$-4 | 05 |
| ASSISTENTE ADMINISTRATIVO | AS-7 | 05 |

LEIA - SE:

| | 80 20 a | |
|---------------------------|---------|----|
| CHEFE DE GABINETE | A\$-1 | 01 |
| CHEFE DE CERIMONIAL | AS-3 | 01 |
| ASSESSOR TÉCNICO | AS-4 | 05 |
| ASSISTENTE ADMINISTRATIVO | AS-7 | 05 |

Art. 2º. Esta errata entra em vigor na data de sua publicação, com os efeitos retroativos ao dia 01 de janeiro de 2025.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS, ESTADO DO MARANHÃO AO TERCEIRO DIA DO MÉS DE JANEIRO. DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO.

JOSÉ GENTIL ROSA NETO Prefeito Municipal de Caxias/MA

Códlou Identificados

b6ebc944e5215aa5550293d4e667868133a02ccc4e1f77a47bbdd91917a7bd170b70f655d6 F739d1675e0c7d5386c55e21271fb576d59bb8103d8c4902e40dde

DECRETO MUNICIPAL Nº 01 DE 03 DE JANEIRO DE 2025





NOMEIA O INTEGRANTE DO OUADRO ABAIXO PARA O CARGO EM COMISSÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado o integrante do quadro abaixo para o Cargo em Comissão da Secretaria Municipal de Administração, Finanças, Planejamento e Gestão Fazendária:

| Ж | | | SÍMBOLD |
|-------|-------------------------------------|--|---------|
| OT NA | THON LUIZ MACHADO TRANIÃO | SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS, PLAMEJAMENTO E GESTÃO FAZENDÁRIA | ISOLADO |

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data sua publicação, com efeitos retroativos a data de 01 de janeiro de 2025.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS, ESTADO DO MARANHÃO AO TERCEIRO DIA DO MÊS DE JANEIRO, DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO.

JOSÉ GENTIL ROSA NETO

Prefeito Municipal de Caxias/MA

DECRETO MUNICIPAL Nº 02 DE 03 DE JANEIRO DE 2025.

NOMEIA O INTEGRANTE DO QUADRO ABAIXO PARA O CARGO EM COMISSÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS. Estado do Maranhão, José Gentil Rosa Neto, no uso de suas prerrogativas e atribuições legais, fundamentado no art. 65, incisos II, VIII, XII, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 19. Ficam nomeados os integrantes do quadro abaixo para o Cargo em Comissão da Secretaria Municipal de Administração,

Finanças, Planejamento e Gestão Fazendária:

| NOME | CARGO | S IMB OLDENA |
|--------------------|--|--------------|
| IOSINALDO CORDEIRO | SECRETÁRIO ADJUNTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO | AS-3 |

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data sua publicação, com efeitos retroativos a data de 01 de janeiro de 2025.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS, ESTADO DO MARANHÃO AO TERCEIRO DIA DO MÊS DE JANEIRO, DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO.

IOSÉ GENTIL ROSA NETO

Prefeito Municipal de Caxias/MA

DECRETO MUNICIPAL Nº 03 DE 03 DE JANEIRO DE 2025.

NOMEIA OS INTEGRANTES DO QUADRO ABAIXO PARA OS CARGOS EM COMISSÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS. Estado do Maranhão, **José Gentil Rosa** Neto, no uso de suas prerrogativas e atribuições legais, fundamentado no art. 65, incisos II, VIII, XII, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 19. Ficam nomeados os integrantes do quadro abaixo para o Cargo em Comissão da Secretaria Municipal de Administração, Finanças, Planejamento e Gestão Fazendária:

| NoME | cAR c ó | SIMBOLOGIA |
|----------------------|---------------------------------|------------|
| VITORIA MARIA MORAIS | SECRETÁRIA ADJUNTA MUNICIPAL DE | AS-3 |
| AZEVEDO | FINANÇAS | |

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data sua publicação, com efeitos retroativos a data de 01 de janeiro de 2025.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS, ESTADO DO MARANHÃO AO





TERCEIRO DIA DO MÊS DE IANEIRO. DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO.

JOSÉ GENTIL ROSA NETO

Prefeito Municipal de Caxias/MA

DECRETO MUNICIPAL Nº 04 DE 03 DE JANEIRO DE 2025.

NOMEIA O INTEGRANTE DO QUADRO ABAIXO PARA O CARGO EM COMISSÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS. Estado do Maranhão, josé Gentil Rosa Neto, no uso de suas prerrogativas e atribuições legais, fundamentado no art. 65, incisos II, VIII, XII, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado o integrante do quadro abaixo para o Cargo em Comissão de Secretário Municipal De Saúde:

| HOME | CARGO | SIMBOLO |
|--|-------------------------------|---------|
| ÁNGELO AUGUSTO ASSUNÇÃO COSTA COUTO | SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE | ISOLADO |

Art. 29. Este Decreto entra em vigor na data sua publicação, com efeitos retroativos a data de 01 de janeiro de 2025.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS, ESTADO DO MARANHÃO AO TERCEIRO DIA DO MÊS DE JANEIRO, DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO.

JOSÉ GENTIL ROSA NETO

Prefeito Municipal de Caxias/MA

DECRETO MUNICIPAL Nº 05 DE 03 DE JANEIRO DE 2025.

NOMEIA O INTEGRANTE DO QUADRO ABAIXO PARA O CARGO EM COMISSÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS. Estado do Maranhão, José Gentil Rosa **Neto**, no uso de suas prerrogativas e atribuições legais, fundamentado no art. 65, incisos II, VIII, XII, da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado o integrante do quadro abaixo para o Cargo em Comissão de Secretário Adjunto De Saúde;

| HOME | CARGO | SIMBOLO |
|--------------------------|-----------------------------|---------|
| GRIVAN DIAS DE SA JUNIOR | SECRETÁRIO ADJUNTO DE SAÚDE | AS-3 |

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data sua publicação, com efeitos retroativos a data de 01 de janeiro de 2025.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS. ESTADO DO MARANHÃO AO TERCEIRO DIA DO MÊS DE JANEIRO, DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO.

JOSÉ GENTIL ROSA NETO

Prefeito Municipal de Caxias/MA

DECRETO MUNICIPAL Nº 06 DE 03 DE JANEIRO DE 2025.

NOMEIA O INTEGRANTE DO QUADRO ABAIXO PARA O CARGO EM COMISSÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS. Estado do Maranhão, José Gentil Rosa **Neto**, no uso de suas prerrogativas e atribuições legais, fundamentado no art. 65, incisos II, VIII, XII, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado o integrante



quadro abaixo para o Cargo em Comissão de Secretário Municipal De Educação, Ciências e Tecnologia:

| HOME | CARGO | амьно |
|-------------------------|--|---------|
| ADENILSON DIAS DE SOUSA | SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E TECHOLOGIA | ISOLADO |

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data sua publicação, com efeltos retroativos a data de 01 de janeiro de 2025.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS, ESTADO DO MARANHÃO AO TERCEIRO DIA DO MÊS DE JANEIRO, DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO.

JOSÉ GENTIL ROSA NETO

Prefeito Municipal de Caxias/MA

DECRETO MUNICIPAL Nº 07 DE 03 DE JANEIRO DE 2025.

NOMEIA A INTEGRANTE DO QUADRO ABAIXO PARA O CARGO EM COMISSÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS. Estado do Maranhão, José Gentil Rosa Neto, no uso de suas prerrogativas e atribulções legais, fundamentado no art. 65. incisos II, VIII, XII, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada a integrante do quadro abaixo para o Cargo em Comissão de Secretária Adjunta De Educação, Ciências e Tecnologia;

| NOME | | SINBOLO |
|--------------|---------------------------------|---------|
| | SECRETÁRIA ADJUNTA DE EDUCAÇÃO. | AŞ-3 |
| SILVA FRANCO | CIENCIAS E TECNOLOGIA | |

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data sua publicação, com efeitos retroativos a data de 01 de janeiro de 2025.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS, ESTADO DO MARANHÃO AO TERCEIRO DIA DO MÊS DE JANEIRO, DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO.

JOSÉ GENTIL ROSA NETO

Prefeito Municipal de Caxias/MA

DECRETO MUNICIPAL № 08 DE 03 DE JANEIRO DE 2025.

NOMEIA A INTEGRANTE DO QUADRO ABAIXO PARA O CARGO EM COMISSÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS. Estado do Maranhão, José Gentil Rosa Neto, no uso de suas prerrogativas e atribuições legais, fundamentado no art. 65, incisos II, VIII, XII, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada a integrante do quadro abaixo para o Cargo em Comissão de Secretária Municipal De Proteção Social, Pessoa Idosa e Primeira Infância:

| NOME | CARGO | SiMBOLO |
|--------------------------------|--|---------|
| adriana raquel sai de sousa | ITOS SECRETÁRIA MUNICIPAL SOCIAL, PESSOA IDOS | |
| | INFÁNCIA | |

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data sua publicação, com efeitos retroativos a data de 01 de janeiro de 2025.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS, ESTADO DO MARANHÃO AO TERCEIRO DIA DO MÊS DE JANEIRO, DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO.

JOSÉ GENTIL ROSA NETO

Prefeito Municipal de Caxias/MA





DECRETO MUNICIPAL Nº 09 DE 03 DE JANEIRO DE 2025.

NOMEIA A INTEGRANTE DO OUADRO ABAIXO PARA O CARGO EM COMISSÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS. Estado do Maranhão, José Gentil Rosa Neto, no uso de suas prerrogativas e atribuições legais, fundamentado no art. 65. incisos II, VIII, XII, da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 19. Fica nomeada a integrante do quadro abaixo para o Cargo em Comissão de Secretária Municipal De Proteção Social:

| MOME | CARGO | SIMBOLO |
|----------------------|--------------------------------|---------|
| CYNTHIA MARIA LUCENA | SECRETÁRIA ADJUNTA DE PROTEÇÃO | AS-3 |
| LINA SOUSA | SOCIAL | |

Art. 29. Este Decreto entra em vigor na data sua publicação, com efeitos retroativos a data de 01 de laneiro de 2025.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS, ESTADO DO MARANHÃO AO TERCEIRO DIA DO MÊS DE JANEIRO, DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO.

JOSÉ GENTIL ROSA NETO

Prefeito Municipal de Caxias/MA

DECRETO MUNICIPAL Nº 10 DE 03 DE JANEIRO DE 2025.

NOMEIA A INTEGRANTE DO QUADRO ABAIXO PARA O CARGO EM COMISSÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS. Estado do Maranhão, José Gentil Rosa Neto, no uso de suas prerrogativas e atribuições legais, fundamentado no art. 65. incisos II, VIII, XII, da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 12. Fica nomeada a integrante do quadro abaixo para o Cargo em Comissão de Secretária Municipal Da Primeira Infância:

| | | SÍMBOLO |
|---|--|---------|
| PRISCILA KÄRLA SOUSA RAMOS MAGALHĀES | SÉCRETÁRIA ADJUNTA DA PRIMEIRA INFÁNCIA | A5-3 |

Art. 29. Este Decreto entra em vigor na data sua publicação, com efeitos retroativos a data de 01 de janeiro de 2025.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS, ESTADO DO MARANHÃO AO SEGUNDO DIA DO MÊS DE JANEIRO, DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO.

JOSÉ GENTIL ROSA NETO

Prefeito Municipal de Caxias/MA

DECRETO MUNICIPAL Nº 11 DE 03 DE JANEIRO DE 2025.

NOMEIA O INTEGRANTE DO QUADRO ABAIXO PARA O CARGO EM COMISSÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS. Estado do Maranhão, José Gentil Rosa Neto, no uso de suas prerrogativas e atribuições legais, fundamentado no art. 65, incisos II, VIII, XII, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado o integrante do quadro abaixo para o Cargo em Comissão de Presidente Da Comissão De Contratação Do Município:

CARGO SÍMBOLO





Página 6 Diário Oficial Volume 5, Nº. 6124/2025 Publicaç

IGOR NÁRIO CUTRIM DOSPRESIDENTE DA CONISSÃO DE SOLADO CONTRATAÇÃO DO MUNICIPIO

Prefeito Municipal de Caxias/MA

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data sua publicação, com efeitos retroativos a data de 01 de janeiro de 2025.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS, ESTADO DO MARANHÃO AO TERCEIRO DIA DO MÊS DE JANEIRO, DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO.

JOSÉ GENTIL ROSA NETO

Prefeito Municipal de Caxias/MA

DECRETO MUNICIPAL Nº 12 DE 03 DE JANEIRO DE 2025.

NOMEIA O INTEGRANTE DO QUADRO ABAIXO PARA O CARGO EM COMISSÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS. Estado do Maranhão, José Gentil Rosa Neto, no uso de suas prerrogativas e atribuições legais, fundamentado no art. 65, incisos II, VIII, XII, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 19. Fica nomeado o integrante do quadro abaixo para o Cargo em Comissão de Procurador Geral do Município:

| NOME | CARGO | SÍMBOLO |
|--------------------------------|-------------------------------|----------|
| IAMES LOBO DE OLIVEIRA Lina | PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO | ISOLADIO |

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data sua publicação, com efeitos retroativos a data de 01 de janeiro de 2025.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS, ESTADO DO MARANHÃO AO SEGUNDO DIA DO MÊS DE JANEIRO, DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO.

JOSÉ GENTIL ROSA NETO

DECRETO MUNICIPAL № 13 DE 03 DE JANEIRO DE 2025.

NOMEIA O INTEGRANTE DO QUADRO ABALXO PARA O CARGO EM COMISSÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS. Estado do Maranhão, losé Gentil Rosa Neto, no uso de suas prerrogativas e atribulções legais, fundamentado no art. 65, incisos II, VIII, XII, da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado o integrante do quadro abaixo para o Cargo em Comissão de Controlador Geral Do Município:

| HOME | CARGO | SHIBOLO |
|---------------------------|--------------------------------|---------|
| ISAJAS JOSÉ DA SILVA NETO | CONTROLADOR GERAL DO MUNICÍPIO | isolado |

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data sua publicação, com efeitos retroativos a data de 01 de janeiro de 2025.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS, ESTADO DO MARANHÃO AO TERCEIRO DIA DO MÊS DE IANEIRO, DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E CÍNCO.

JOSÉ GENTIL ROSA NETO

Prefeito Municipal de Caxias/MA

DECRETO MUNICIPAL № 14 DE 03 DE JANEIRO DE 2025.

NOMEIA O INTEGRANTE DO QUADRO ABAIXO PARA O CARGO EM COMISSÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.





Publicação 113/01/20

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS. Estado do Maranhão, josé Gentil Rosa Neto, no uso de suas prerrogativas e atribuições legais, fundamentado no art. 65, incisos II, VIII, XII, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado o integrante do quadro abaixo para o Cargo em Comissão de Diretor Administrativo Do SAAE:

| MOME | | | SIMBOLO |
|----------------------|----------|--------------------------------|---------|
| EVIMAR JE BARBOSA | AN COSTA | DIRETOR ADMINISTRATIVO DO SAAE | IŞOLADO |

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data sua publicação, com efeitos retroativos a data de 01 de janeiro de 2025.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS, ESTADO DO MARANHÃO AO TERCEIRO DIA DO MÊS DE JANEIRO, DO ANO DE DOIS MIL E VINTÉ E CINCO.

JOSÉ GENTIL ROSA NETO

Prefeito Municipal de Caxias/MA

DECRETO MUNICIPAL Nº 15 DE 02 DE JANEIRO DE 2025.

NOMEIA O INTEGRANTE DO QUADRO ABAIXO PARA O CARGO EM COMISSÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS. Estado do Maranhão, José Gentil Rosa Neto, no uso de suas prerrogativas e atribuições legais, fundamentado no art. 65, incisos II, VIII, XII, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado o integrante do quadro abaixo para o Cargo em Comissão de Presidente Do Instituto De Previdência Dos Servidores Públicos Municipais De Caxias;

| NOME | CARBO | SIMBOLO |
|-----------------------|--|---------|
| BRENO SILVEIRA LEITÃO | PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAXIAS ICAXIAS PREVI | |

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data sua publicação, com efeitos retroativos a data de 01 de janeiro de 2025.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS, ESTADO DO MARANHÃO AO TERCEIRO DIA DO MÊS DE JANEIRO, DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO.

JOSÉ GENTIL ROSA NETO

Prefeito Municipal de Caxias/MA

DECRETO MUNICIPAL Nº 16 DE 03 DE JANEIRO DE 2025.

NOMEIA A INTEGRANTE DO QUADRO ABAIXO PARA O CARGO EM COMISSÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

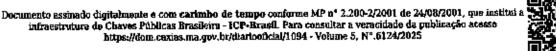
O PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS. Estado do Maranhão, José Gentil Rosa **Neto**, no uso de suas prerrogativas e atribuições legais, fundamentado no art. 65, incisos II, VIII, XII, da Lei Orgânica do Município,

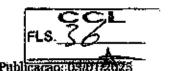
DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada a integrante do quadro abaixo para o Cargo em Comissão de Chefe de Gabinete do prefeito;

| MONE. | CARGO | SIMBOLD |
|------------------|------------------------|---------|
| MERANDULINA DE C | ASTROCHEFE DE GABINETE | ĀS-1 |
| BEZEROVA | . | |







ANO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data sua publicação, com efeitos retroativos a data de 01 de janeiro de 2025.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS, ESTADO DO MARANHÃO AO TERCEIRO DIA DO MÊS DE JANEIRO, DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E CINÇO

JOSÉ GENTIL ROSA NETO

Prefeito Municipal de Caxias/MA

DECRETO MUNICIPAL Nº 17 DE 03 DE JANEIRO DE 2025.

NOMEIA O INTEGRANTE DO QUADRO ABAIXO PARA O CARGO EM COMISSÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS. Estado do Maranhão, José Gentil Rosa Neto, no uso de suas prerrogativas e atribuições legais, fundamentado no art. 65, incisos II, VIII, XII, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado o integrante do quadro abaixo para o Cargo em Comissão de Secretário Municipal De Obras e Urbanismo;

| NOME | | | SIMBOLO |
|---------|----------|---------------------------------|---------|
| JURDINO | PINHÉIRO | secretário municipal de obras e | ISOLADO |
| ALMEIDA | JURDINO | Urbanismo | |

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data sua publicação, com efeitos retroativos a data de 01 de janeiro de 2025.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS, ESTADO DO MARANHÃO AO TERCEIRO DIA DO MÊS DE JANEIRO, DO

JOSÉ GENTIL ROSA NETO

Prefeito Municipal de Caxias/MA

DECRETO MUNICIPAL Nº 18 DE 03 DE JANEIRO DE 2025.

NOMEIA O INTEGRANTE DO QUADRO ABAIXO PARA O CARGO EM COMISSÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS. Estado do Maranhão, **José Gentil Rosa** Neto, no uso de suas prerrogativas e atribuições legais, fundamentado no art. 65, incisos II, VIII, XII, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado o integrante do quadro abaixo para o Cargo em Comissão de Secretário Adjunto De Urbanismo;

| NOME | CARGO | SIMBOLO |
|-----------------------|---------------------------------|---------|
| ANTONIO RAMOS CORREIA | SECRETÁRIO ADJUNTO DE URBANISMO | AS-3 |

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data sua publicação, com efeitos retroativos a data de 01 de janeiro de 2025.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS, ESTADO DO MARANHÃO AO TERCEIRO DIA DO MÊS DE JANEIRO, DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO.

JOSÉ GENTIL ROSA NETO

Prefeito Municipal de Caxias/MA

DECRETO MUNICIPAL Nº 19 DE 03 DE JANEIRO DE





Pagina 9 Diario Oficial Volume 5, Nº 6124/2025 Publicação: 03/01/2025

2025.

NOMEIA O INTEGRANTE DO QUADRO ABAIXO PARA O CARGO EM COMISSÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS. Estado do Maranhão, José Gentil Rosa Neto, no uso de suas prerrogativas e atribuições legais, fundamentado no art. 65, incisos II, VIII, XII, da Lei Orgânica do Município,

Estado do Maranhão, José Gentii Rosa **Neto**, no uso de suas prerrogativas e atribuições legais, fundamentado no art. 65, incisos II, VIII, XII, da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada a integrante do quadro abaixo para o Cargo em Comissão da Secretaria Municipal de Comunicação:

| [| NOME | CARGO | SÍMHOLD |
|---|------------------------|-------------------------------------|-----------|
| | MARCELA RAMOS DLIVEIRA | SECRETÁRIA MUNICIPAL COMUNICAÇÃO | DEISOLADO |

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado o integrante do quadro abaixo para o Cargo em Comissão de Secretário Municipal De Limpeza;

| MOME | CARGO | SIMBOLO |
|-----------------------|-------------------------|----------------------------|
| FAUSE ELOU! JUNIOR | 5 I M Á Ó SECRETÁRIO MU | NICIPAL DE LIMPEZA ISOLADO |

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data sua publicação, com efeitos retroativos a data de 01 de janeiro de 2025.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS, ESTADO DO MARANHÃO AO TERCEIRO DIA DO MÊS DE JANEIRO, DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO.

JOSÉ GENTIL ROSA NETO

Prefeito Municipal de Caxias/MA

DECRETO MUNICIPAL Nº 20 DE 03 DE JANEIRO DE 2025.

NOMEIA A INTEGRANTE DO QUADRO ABAIXO PARA O CARGO EM COMISSÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data sua publicação, com efeitos retroativos a data de 01 de janeiro de 2025.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS, ESTADO DO MARANHÃO AO TERCEIRO DIA DO MÊS DE JANEIRO, DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO.

JOSÉ GENTIL ROSA NETO

Prefeito Municipal de Caxias/MA

DECRETO MUNICIPAL Nº 21 DE 03 DE JANEIRO DE 2025.

NOMEIA O INTEGRANTE DO QUADRO ABAIXO PARA O CARGO EM COMISSÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS. Estado do Maranhão, José Gentil Rosa Neto, no uso de suas prerrogativas e atribuições legais, fundamentado no art. 65, incisos II, VIII, XII, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS.





Página 10 Diário Oficial Volume 5, Nº, 6124/2025 Publicação 03/

FLS. 38

Art. 1º. Fica nomeado o integrante do quadro abaixo para o Cargo em Comissão de Secretário Adjunto De Comunicação;

| MOME | CARGO | | SMADLO |
|---------------------------------|----------------------------|---------|---------|
| HÜMBERTO DE OLIVEIR Ferreira | ASECRETÁRIO CONUNICAÇÃO | ADJUNTO | E-ZABIO |

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data sua publicação, com efeitos retroativos a data de 01 de janeiro de 2025.

GABÍNETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAXIAS, ESTADO DO MARANHÃO AO TERCEIRO DIA DO MÊS DE JANEIRO, DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO.

JOSÉ GENTIL ROSA NETO

Prefeito Municipal de Caxias/MA

Código identificador. b6abc944e5215aa5550293d4c667866133aCLccc4e1C77e07bbild91917a7bd170b70f655d6 f739d1675e0c7d5388c55a212716b376d59bb6103f8c4902e40dda





Pagina 11 Pagina 11 Pagina Oficial Volume 5, Nº 6124/2025



HINO DE CAXTAS

LETRA: Teodoro Ribeiro Júnior MUSICA:: por Elpídio Pereira

Clara estrela no céu maranhense, Lira flébil do meigo cantor, Tua luz outra estrela não vence. Nem a lira mais cheia de amor, Vamos juntos no albor destes dias Os louvores cantar de Caxias (bis)

És a virgem toucada de rosas, Que te miras nas águas do río. De onde as ninfas sutis, invejosas, Vem beijar-te o perfil erradio. Vamos juntos no albor destes dias Os louvores cantar de Caxias (bis)

Broquelada na paz tu trabalhas, E na paz confiada descansas, Mas não temes e fragor de batalhas, Quem já trouxe a vitória nas lanças, Vamos juntos no albor destes dias Os louvores cantar de Carias (bis)

Não crearam teus seios escravos, Bentos selos do alvor da camélia, Que nós somos unidos e bravos. Filhos gracos da nova cornélia. Vamos juntos no albor destes dias Os louvores cantar de Caxias (bis)

Giória! Glória! As façanhas proclamem, Da princesa do adusto sertão, Cuja fama e valor se derramam, Pelas terras do audaz Maranhão. Vamos juntos no albor destes dias Os louvores cantar de Caxias (bis)

MUNICIPIO

Assinado de forma DΕ

CAXIAS:06082

820000156

digital per MUNICIPIO DE

CAXIAS:0608282000015

Dados: 2025.01.03 23:19:53 -03'00"



Prafeitura Municipal de Caxias-MA, Praça Dias Carneiro, 600, Centro, CEP: 65.604-090 https://caxlas.ma.gov.br/ (99) 3521-3025







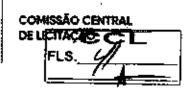


FLS. YO

| PROCESSO ADMINISTRATIVO | DE IMOVÉIS N° / |
|---|---|
| | CONTRATO DE LOCAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM À PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS, ESTADO DO MARANHÃO E |
| da <i>Prefeitura Municipal de Caxias - MA</i> Caxias - MA, inscrita no CNPJ sob o nº pela | |
| | ora da Cédula de Identidade nº a seguir denominada |
| LOCATÁRIA e o Sr. | , a seguir denominaga |
| nesta cidade, portador do CPF nº | , residente e domiciliada a seguir denominado (a) |
| LOCADOR, acordam e justam firmar o | presente Contrato, nos termos da Lei nº |
| | egislações pertinentes, assim como pelas |
| cláusulas a seguir expressas: | , |
| | ı pôr objeto a LOCAÇÃO DE IMÓVEL que |
| será destinado à instalação e funcionamer | nto, situada na |
| | rro:, Caxias – MA, vinculada à |
| Secretaria Municipal de Educação, Ciência | i e Tecnologia deste município. |
| Cláusula Segunda — DO FUNDAMENTO | |
| | amparo legal às disposições expressa na Lei |
| nº 14.133/21 Licitações e Contratos), Lei n Lei nº 10.406/2002 (Código Civil), | 8.245/91 (Locações de Imóveis Urbanos) e |
| Cláusula Terceira - DO VALOR CONTRA | ATUAL |
| | o, a contratante pagará à contratada o valor |
| mensal fixado em R\$ | |
| | obal de R\$ |
| (| • |
| | s do presente contrato correrão por conta |
| | o Orçamento da Secretaria Municipal de |
| Saúde de Caxias, classificada conforme at | • |
| • | |







Para cobrir despesas dos exercícios subsequentes, em caso de termo aditivo, serão emitidas Notas de Empenho, à conta da dotação orçamentária prevista para atender despesas de mesma natureza.

| Clévania Oninta - DA MOÉNOIA |
|--|
| Cláusula Quinta – DA VIGÊNCIA |
| O presente contrato îniciar-se-à na data de sua assinatura e terá |
| vigência Podendo ser renovado, de acordo com a |
| clausura segunda. |
| Cláusula Sexta - DO PAGAMENTO |
| A Locatária realizará o pagamento do aluguel até o 30º (trigésimo) |
| dia do mês subsequente ao vencido. |
| Cláusula Sétima – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS |
| O valor mensal do aluguel será reajustado com base no IGPM, |
| calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, obedecida a periodicidade |
| mínima de 01 (um) ano a contar da data da entrega do imóvel à locatária. |
| Na falta do IGPM, da Fundação Getúlio Verges, por qualquer motivo, |
| fica desde já estabelecido que o índice substituto será sucessivamente o IPC (FIPE) e |
| o IGP (FGV), respectivamente, pela ordem. Caso estes índices sejam extintos ou não |
| calculados, o reajuste será feito pela média de 03 (três) índices a escolha, de comum |
| acordo, do(a) LOCADOR(A) e LOCATÁRIA, e que reflita a variação da inflação |
| ocorrida no período. |
| Cláusula Oitava – DAS OBRIGAÇÕES DO (A) LOCADOR (A) |
| Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade |
| com as obrigações assumidas; |
| 2. Entregar a LOCATÁRIA o imóvel objeto deste Contrato, em estado |
| de servir ao uso a que se destina; |
| 3. Garantir, durante período de locação, o uso pacífico do imóvel |
| locado; |
| Responder pelos vícios ou defeitos anteriores à locação do imóvel; |
| 5. Pagar os impostos e taxas que incidam ou venham a incidir sobre |
| o imóvel; |
| |

Ciáusula Nona – DAS OBRIGAÇÕES DA LOCATÁRIA

- Utilizar o imóvel exclusivamente para suas atividades, não podendo sublocá-lo, cedê-lo ou emprestá-lo no todo ou em parte, sem a prévia e expressa autorização da LOCADORA;
- Pagar pontualmente as contas de consumo de água, luz, telefone, bem como as despesas ordinárias de condomínio e os encargos de locação;
- Efetuar o pagamento mensal, contra a apresentação do recibo de aluguel ou documento equivalente, emitido pelo(a) LOCADOR(A), até o 30º (trigésimo) dia do mês subsequente ao vencido;







- 4. Manter o imóvel objeto deste Contrato, notadamente no que se referir à conservação de pinturas, portas, fechaduras, vidros, instalações elétricas e hidráulicas, revestimento de piso, luminárias, lâmpadas, reatores, etc, nas mesmas condições recebidas;
- Realizar a imediata reparação dos danos verificados no imóvel, ou nas suas instalações;
- Facilitar o acesso da LOCADORA ou de seu representante legal a examinar ou vistoriar o imóvel sempre que for solicitado expressamente, desde que com, pelo menos, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência;
- Restituir o imóvel no fim do contrato de locação, no estado em que o recebeu, salvo as deteriorações decorrentes do seu uso normal;
- Levar imediatamente ao conhecimento do locador(a) o surgimento de qualquer dano ou defeito cuja reparação a este incumba, bem como as eventuais turbações de terceiros;
- Não modificar a forma interna ou externa do imóvel sem o consentimento prévio e por escrito do locador;
- 10. Entregar imediatamente ao tocador(a) os documentos de cobrança de tributos, qualquer intimação, multa ou exigência de autoridade pública.

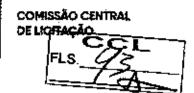
Cláusula Décima - DAS BENFEITORIAS

- As benfeitorias reconhecidas pelas partes como necessárias, entendidas assim aquelas que têm por finalidades conservar o imóvel ou evitar sua deterloração, serão obrigatoriamente indenizáveis por inteiro, ainda que não autorizadas pela LOCADORA, podendo, nesse caso, o valor ser deduzido do aluguel;
- 2. As benfeitorias reconhecidas, pelas partes, como úteis, entendidas assim aquelas que têm por finalidade aumentar ou facilitar o uso do imóvel, quando autorizadas pela LOCADORA, serão indenizáveis no todo ou em razão a ser objeto de negociação.
- 2.1. As benfeitorias de que trata o item anterior, reconhecidas como úteis, porém não autorizadas pela LOCADORA, não serão indenizáveis;
- 3. As benfeitorias reconhecidas, pelas partes, como voluptuárias, entendidas assim aquelas de mero deleite ou recreio para a LOCATÁRIA, que não aumentam o uso habitual do imóvel, ainda que o tomem mais agradável, ou seja, de elevado valor, não serão indenizáveis;
- 3.1. As benfeitorias voluptuárias poderão ser levantadas pela LOCATÁRIA, quando findar a locação, desde que sua retirada não afete a estrutura e a substância do imóvel:
- As benfeitorias necessárias, ainda que não autorizadas pela LOCADORA, e as úteis, quando autorizadas, permitem o exercício do direito de retenção.

CEP: 65.600-000 - Caxlas / MA e-mail: ccl@caxlas.ma.gov.br







Cláusula Décima Primeira — DA FISCALIZAÇÃO

A LOCATÁRIA designará um representante legal devidamente credenciado pelo Gabinete do Prefeito, para dirimir as dúvidas que surgirem durante a vigência do presente instrumento, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados ou, ainda, comunicando ao Prefeito Municipal quendo lhe faltar competência para adotar as providências cabíveis, conforme o disposto no artigo 74, Inciso V da Lei nº 14.133/21

Cláusula Décima Segunda - DA TROCA EVENTUAL DE DOCUMENTOS

A troca eventual de documentos entre a LOCATÁRIA e a LOCADORA, será realizada através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos.

Cláusula Décima Terceira - DA RESCISÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser rescindido amigavelmente antes do término do seu prazo, desde que haja conveniência para a LOCATÁRIA, devendo a parte interessada manifestar essa intenção por escrito, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, não aplicando-se multa de indenização.

Cláusula Décima Quarta – DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

De acordo com a lei 14.133/21, Art. 74. Inciso v para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado.

O descumprimento total ou parcial de qualquer das obrigações ora estabelecidas, sujeitará a LOCADORA às sanções previstas na Lei nº 8.666/93, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

O valor das multas aplicadas à LOCADORA por descumprimento das cláusulas deste Contrato corresponderá a 2% (dois por cento) sobre o valor da fatura.

O pagamento da multa não exime a LOCADORA da reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha a acarretar à LOCATÁRIA.

A aplicação das penalidades previstas nesta cláusula é de competência exclusiva da Prefeitura Municipal de Caxias.

Cláusula Décima Quinta - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 14.133/2021 com suas alterações, demais legislações pertinentes e dos princípios gerais de direito.

CEP: 65.600-000 - Caxlas / MA e-mail: ccl@caxlas.ma.gov.br





FLS. JU

Cláusuia Décima Sexta- DO FORO

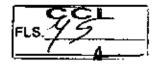
Fica eleito o foro da Comarca de Caxias, Estado do Maranhão, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da interpretação deste contrato com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Contrato, que foi impresso em 03 (três) vias de igual teor, para que surtam seus legais e jurídicos efeitos.

| Caxias (MA), | de | de |
|--------------|---------------------------------|-------------|
| | | |
| | | |
| | | |
| | SECRETÁRIO (A) LOCATÁRIO (A) | |
| | LOCATARIO (A) | |
| | | |
| | LOCADOR | |







Ao Setor Jurídico, para as devidas providências,

Caxias, 07 de julho de 2025

Igor Mário Cutrim dos Santos Presidente da Comissão Central de Licitação



SOLICITANTE: Comissão de Contratação

ASSUNTO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA LOCAÇÃO DE IMÓVEL, VISANDO O FUNCIONAMENTO DA COORDENAÇÃO MUNICIPAL DA JUVENTUDE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAXIAS/MA.



I - RELATÓRIO

Trata-se de consulta encaminhada pelo Presidente da Comissão Permanente de Licitação para análise e emissão de parecer jurídico atinente ao procedimento administrativo na modalidade INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, cujo objeto é a locação de imóvel, visando o funcionamento da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, cujo processo é vinculado à Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento e Administração do Município de Caxias/MA.

Instruindo os autos vieram os seguintes documentos:

- a) Ofício nº 49/2025/SEC MUN ADM/PMC datado de 04 de julho de 2025, assinado pelo Sr. Josinaldo Cordeiro, Secretário Municipal Adjunto de Administração;
- b) Documento de Formalização de Demanda (DFD) assinado pelo Secretário Municipal de Finanças, Administração, Planejamento e Gestão Fazendária, Sr. Othon Luiz Machado Maranhão;
- c) Laudo Técnico de Avaliação, assinado pelo engenheiro responsável, Sr. Francisco de Assis Assunção Araújo, datado de 23 de junho de 2025;
- d) Estudo Técnico Preliminar (ETP), assinado pelo Secretário Adjunto de Administração, o Sr. Josinaldo Cordeiro, datado de 04 de julho de 2025;





FLS. 4 COMISSÃO CENTRAL A

- e) Termo de Referência (TR), assinado pelo Secretário Adjunto de Administração, o Sr. Josinaldo Cordeiro, datado de 04 de julho de 2025;
- f) Declaração de inexistência de imóveis, assinada peto Sr. Josínaldo Cordeiro, datado de 04 de julho de 2025;
- g) Dotação orçamentária, assinada pelo Sr. Joaci Neres dos Santos, datada de 04 de julhoo de 2025;
- h) Autorização orçamentária, assinada pelo Secretário Municipal de Finanças, Administração, Planejamento e Gestão Fazendária, em 04 de julho de 2025;
- i) Documentação da proprietária do imóvel, Sra. Maria do Rosário Veras Vieira, bem como escritura particular de compra e venda do imóvel, declaração de aceite de locação, certidões negativas de débitos;
- j) Autuação assinada pelo Presidente da Comissão Central de Licitação, Sr. Igor Mário Cutrim dos Santos, assinado em 07 de julho de 2025;
- k) Cópia do diário oficial, Mínuta do Contrato, bem como encaminhamento à Assessoria Jurídica da CCL, datada de 07 de julhoo de 2025, assinada pelo Sr. Igor Mário Cutrim, Presidente da Comissão Central de Licitação.

A presente manifestação tem por objetivo esmiuçar requisitos e ponderações a respeito da celebração de contrato de locação pela Secretaria Municipal de Finanças, Administração, Planejamento e Gestão Fazendária do Município de Caxias/MA, com fundamento no art. 74, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, que versa sobre a contratação direta por inexigibilidade de licitação para aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tomem necessária sua escolha.

Ademais, cumpre informar que a Secretaria Municipal de Finanças, Administração, Planejamento e Gestão Fazendária do Municipio de Caxias/MA, através do referido procedimento administrativo na modalidade INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, visa a locação de imóvel para funcionamento da Coordenação Municipal da Juventude, que conforme mencionado acima, o processo é vinculado à Secretaria





COL FLS. 1/8 COMISSÃO CENTRAL DE LICITAÇÃO

Municipal de Finanças, Administração, Planejamento e Gestão Fazendária do município de Caxias/MA.

Importante destacar que a finalidade da locação é única e exclusiva para atender ao interesse Público, uma vez que o Município de Caxias não dispõe de imóveis vazios para sediar a supracitada Secretaria, portanto, resta claro a necessidade de se locar um imóvel com capacidade de tamanho, estrutura física e logistica adequadas para tal finalidade.

Além disso, é importante destacar que a referida proprietária e o imovel se encontram apto para a assinatura do instrumento contratual, conforme regularidade jurídica e qualificação técnica apensada aos autos, rigorosamente analisados por esta Assessoria Jurídica.

Ao final, importante informar o valor da referida contratação, o qual seja: 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) mensais. Pelo prazo de 08 (seis) meses.

Por último, é imprescindível ressaltar sobre a aplicabilidade da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, onde em seu art. 191, deixa explícito a possibilidade de optar por licitar ou contratar diretamente de acordo com a referida Lei, sendo que a opção escolhida deverá ser indicada expressamente no edital ou instrumento de contratação direta.

É o breve relatório. Passamos a análise jurídica.

II - PARECER

ILI - DA ANÁLISE JURÍDICA

Preliminarmente, cumpre esclarecer que a presente manifestação limitar-se-á à dúvida estritamente jurídica ora proposta e, aos aspectos jurídicos da matéria, abstendo-se quanto aos aspectos técnicos, administrativos, econômico-financeiros e quanto à outras questões não ventiladas ou que exijam o exercício de conveniência e discricionariedade da Administração.

A emissão deste parecer não significa endosso ao mérito administrativo, tendo em vista que é relativo à área jurídica, não adentrando à competência técnica da





Administração, em atendimento à recomendação da Consultoria-Geral da União, por meio das Boas Práticas Consultivas – BCP nº 07, qual seja:

"O Órgão Consultivo não deve emitir manifestações conclusivas sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, sem prejuízo da possibilidade de emitir opinião ou fazer recomendações sobre tais questões, apontando tratar-se de juízo discricionário, se aplicável. Ademais, caso adentre em questão jurídica que possa ter reflexo significativo em aspecto técnico deve apontar e esclarecer qual a situação jurídica existente que autoriza sua manifestação naquele ponto."

Portanto, passa-se à análise dos aspectos relacionados às orientações jurídicas ora perquiridas.

II.II - DA FUNDAMENTAÇÃO

A Constituição Federal de 1988, em capítulo reservado aos Princípios Gerais da Atividade Econômica, notadamente em seu art. 175, condicionou a prestação de serviços públicos à realização de prévio procedimento ficitatório.

De outro lado, a própria Carta Magna, em capítulo destinado à Administração Pública, ressalva casos em que a legislação infraconstitucional confere ao Poder Público a faculdade de contratar sem a necessidade de tal procedimento, conforme se depreende do inciso XXI do art. 37, abaixo transcrito:

Art. 37. Omissis [...]

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com ciáusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (grifo nosso)

De tal missão se encarregou a Lei nº 14.133/2021, que regulamenta as Licitações e Contratações Públicas. A referida Lei nº 14.133/2021, excepcionou, em seu art. 75, inciso V, a regra para a presente Licitação por procedimento de inexigibilidade, ora em razão de situações de flagrante excepcionalidade, onde a licitação, em tese, seria possível, entretanto, pela particularidade do caso, o interesse público a julgaria inconveniente, como é o caso da presente inexigibilidade, tendo em vista a particularidades dos serviços almejado pela secretaria em questão, vejamos:





Art. 74. É inexigivel a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

 I - Aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;

 II - contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

IV - objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento:

 V - aquisição ou locação de Imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha. (grifo nosso)

O inciso V do supracitado art. 74 prevê a inexigibilidade para a contratação cujas características sejam "aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tomem necessária sua escolha", que é o caso em tela, visto que somente o presente imóvel dispõe das características almejadas para suprir o interesse público, bem como a localização, de acordo com as características técnicas apensada aos autos.

Com efeito, percebe-se que o objeto da presente contratação não se trata de uma locação geral, onde qualquer imóvel satisfaria as necessidades da Secretaria Municipal de Finanças, Administração, Planejamento e Gestão Fazendária do Município de Caxias/MA.

Trata-se, sim, de demanda especializada, cujo caminho da futura celebração do contrato está devidamente justificado, dado a particularidade do interesse público nesse caso específico.

Por fim, é imperativo destacar a relevância e a obrigatoriedade da presença do Fiscal de Contratos em todos os contratos celebrados pela Administração Pública, não se trata de discricionariedade e sim de obrigação, conforme disposto no artigo 117 da Nova Lei de Licitações e Contratos, Lei nº. 14.133/2021. Vejamos:





FLS.______
COMISSÃO CENTRAL
DE LICITAÇÃO

"Art. 117. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º desta Lei, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para essisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

- § 1º O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- § 2º O fiscal do contrato informerá a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demendar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.
- § 3º O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.
- § 4º Na hipótese da contratação de terceiros prevista no caput deste artigo, deverão ser observadas as seguintes regras:
- I a empresa ou o profissional contratado assumirá responsabilidade civil objetiva pela veracidade e pela precisão das informações prestadas, firmará termo de compromisso de confidencialidade e não poderá exercer atribuição própria e exclusiva de fiscal de contrato;
- II a contratação de terceiros não eximirá de responsabilidade o fiscal do contrato, nos limites das informações recebidas do terceiro contratado."

Nos autos ora em análise, não foi possível identificar quem seria o Fiscal de Contrato que irá acompanhar a execução em questão.

III - CONCLUSÃO:

Cumpre salientar que esta Assessoria Jurídica emite parecer sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar a conveniência e à oportunidade dos atos praticados no âmbito da Administração, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnicos-administrativa.

Além disso, este parecer possui caráter meramente OPINATIVO, não vinculando, portanto, a decisão do gestor.

Ex positis, com fulcro nas disposições normativas pertinentes, esta Assessoria manifesta-se pela legalidade do processo administrativo em análise, OPINANDO pela possibilidade da Celebração do Contrato de Prestação de Locação. Desde que juntada a Portaria designando o Fiscal de Contrato responsável pela execução contratual do presente processo.







Destarte, recomendamos ainda, que os presentes autos sejam encaminhados ao Controle Interno da Prefeitura Municipal de Caxias/MA, para análise final do trâmite processual.

Este é o parecer **OPINATIVO**, salvo melhor julzo que fica submetido à apreciação e autorização superior.

Caxias (MA), 07 de julho de 2025.

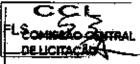
Ely Carlos Rodrigues Chaves

Assessoria Jurídica da Comissão Central de Licitação

OAB/MA 29.749







À Controladoria Geral do Município, para as devidas providências,

Caxias, 08 de julho de 2025

igor Mário Cultan dos Santos Presidente da Comissão Central de Licitação



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS, PLANEJAMENTO E GESTÃO FAZENDÁRIA SECRÉTARIA
MUNICIPAL
ADJUNTA DE
FINANÇAS

AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 111/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3105/2025

O Município de Caxias, Estado do Maranhão, por melo da Secretaria Municipal de Administração, com fundamento no Art. 74, inciso V e Parágrafo único, da Lei Federal n.º 14.133/2021, torna público a **AUTORIZAÇÃO** para Contratação direta dos serviços de **Locação de Imóveis**, com a seguinte fundamentação:

1. DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

1.1. O presente caso enquadra-se no art. 74, inciso V, da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, o que autoriza a contratação direta, por inexigibilidade de licitação.

1.2. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, exige autorização da autoridade competente, nos termos do art. 74, inciso V da Lei nº. Lei n. 14.133/2021.

2. DA AUTORIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

- Considerando que a situação se enquadra no art. 74, inciso V, da Lei n. 14.133, de 1º de abril de
 2021.
- 2.2. Considerando que o processo foi instruido com os documentos e requisitos que comprovam que o contratado possui habilitação e qualificação mínima para celebrar e contrato, conforme preconizado no artigo 74, da Lei Federal 14.133/2021.
- 2.3. Considerando finalmente que, tanto o Parecer Técnico da Comissão de Contratação quanto o Parecer Jurídico da Assessoria Jurídica, apontam para a possibilidade legal da referida contratação.
- 2.4. DECLARO inexigível, a realização de procedimento licitatório e AUTORIZO a contratação direta, por Inexigibilidade de licitação, da Proprietária, Sra Maria do Rosário Veras Vieira residente e domiciliado nesta cidade, portador do CPF nº 133.992.093-04, no valor total de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) devendo a despesa ser regularmente empenhada com observância das formalidades legals.

3. DA RATIFICAÇÃO

3.1. RATIFICO a condição de Inexigibilidade de Licitação para a locação do imóvel da proprietária. Sra María do Rosário Veras Vieira, no valor mensal de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), totalizando o valor global de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) para a locação do objeto em questão nos termos do Processo Administrativo nº 3105/2025. Determino a lavratura do contrato ou Instrumento equivalente.

4. DA PUBLIÇAÇÃO

4.1. Em atenção ao disposto no parágrafo único do art. 74 da Lef nº 14.133, de 1º de abril de 2021, publique-se o ato que autoriza esta contratação direta.

Caxias - MA, 18 de julko de 2075

Othor/Luiz/Machado Maradhão Secretário (a) Manicipal de Fihanças, Administração, Planejamento e Geolão Fazendária

ESTADO DO MARANHÃO
PREFETURA MUNICIPAL DE CAXIAS - MA
CNPJ: 06.082.820/0001-56

Praça Dias/Carneiro, 600, Centro, CEP: 65.604-090 - Caxias / MA Site: www.caxias.ma.gov.br





PARECER DO CONTROLE INTERNO

PROCESSO Nº: 3105/2025

MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE

CONSULENTE: COMISSÃO CENTRAL DE LICITAÇÃO - CCL

PROPRIETÁRIA/LOCADORA: MARIA DO ROSÁRIO VERAS VIEIRA

OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA O FUNCIONAMENTO DA SEC. MUNICIPAL DE

DESENVOLVIMENTO RURAL

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. LEI № 14.133/2021. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. IMÓVEL RURAL LOCAÇÃO DE FAVORÁVEL A CELEBRAÇÃO DO CONTRATO.

I. RELATÓRIO:

Trata-se de consulta encaminhada pelo Presidente da Comissão Permanente de Licitação para análise e emissão de parecer de conformidade atinente ao procedimento administrativo na modalidade INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, cujo objeto é a locação de imóvel rural para funcionamento da sede da SEC. MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL, do Município de Caxias/MA.

A presente manifestação tem por objetivo esmiuçar requisitos e ponderações a respeito da celebração de contrato de locação pelo Secretário Municipal de Finanças, Planejamento, Administração e Gestão Fazendária, com fundamento no art. 74, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, que versa sobre a contratação direta por inexigibilidade de licitação para aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.

importante destacar que a finalidade da locação é única e exclusiva para atender ao interesse Público, uma vez que não existem prédios públicos disponíveis que possam atender a esta finalidade da contratação ora pleiteada.

Além disso, é importante destacar que o referido proprietário e o imóvel se encontram aptos para a assinatura do instrumento contratual, conforme regularidade jurídica e qualificação técnica apensada aos autos, rigorosamente analisados pela Comissão de Contratação através do parecer jurídico.

Ao final, importante informar o valor da referida contratação, o qual seja: VALOR MENSAL R\$ 2.500,00 (DOIS MIL E QUINHENTOS REAIS); VALOR GLOBAL R\$ 15.000,00 (QUINZE MIL REAIS).





CONTROLADORÍA

GERAL

Por último, é imprescindível ressaltar sobre a aplicabilidade da Nova Lei de Licitações e contratos administrativos, onde em seu art. 191, deixa explicito a possibilidade de optar por licitar ou contratar diretamente de acordo com a referida Lei.

É o breve relatório. Passamos a análise juridica.

|| - PARECER

II.I - DA ANÁLISE JURÍDICA

Preliminarmente, cumpre esclarecer que a presente manifestação limitar-se- á à dúvida estritamente juridica ora proposta e, aos aspectos jurídicos da matéria, abstendo-se quanto aos aspectos técnicos, administrativos, econômico-financeiros e quanto à outras questões não ventiladas ou que exijam o exercício de conveniência e discricionariedade da Administração. A emissão deste parecer não significa endosso ao mérito administrativo, tendo em vista que é relativo ao controle interno, não adentrando à competência técnica da Administração, em atendimento à recomendação da Consultoria-Geral da União, por meio das Boas Práticas Consultivas – BCP nº 07, qual seja:

O Órgão Consultivo não deve emitir manifestações conclusivas sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, sem prejuízo da possibilidade de emitir opinião ou fazer recomendações sobre tais questões, apontando tratarse de juízo discricionário, se aplicável. Ademais, caso adentre em questão jurídica que possa ter reflexo significativo em aspecto técnico deve apontar e esclarecer qual a situação jurídica existente que autoriza sua manifestação naquele ponto.

Portanto, passa-se à análise dos aspectos relacionados às orientações de conformidades ora perquiridas.

II.II -DA FUNDAMENTAÇÃO

A Constituição Federal de 1988, em capítulo reservado aos Princípios Gerais da Atividade Econômica, notadamente em seu art. 175, condicionou a prestação de serviços públicos à realização de prévio procedimento licitatório.

De outro lado, a própria Carta Magna, em capítulo destinado à Administração Pública, ressalva casos em que a legislação infraconstitucional confere ao Poder Público a faculdade de contratar





FLS. 57 CONTROLADORIA GERAL

sem a necessidade de tal procedimento, conforme se depreende do inciso XXI do art. 37, abaixo transcrito:

Art. 37. Omissis

[...]

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (grifo nosso)

De tal missão se encarregou a Lei nº 14.133/2021, mais conhecida como a Nova Lei Geral de Lícitações e Contratos Administrativos – NLLCA, que regulamenta as Licitações e Contratações Públicas.

A referida Lei nº 14.133/2021, excepcionou, em seu art. 75, inciso V, a regra para a presente Licitação por procedimento de inexigibilidade, ora em razão de situações de flagrante excepcionalidade, onde a licitação, em tese, seria possível, entretanto, pela particularidade do caso, o interesse público a julgaria inconveniente, como é o caso da presente inexigibilidade, tendo em vista a particularidades dos serviços almejado pela secretaria em questão, vejamos:

Art. 74, É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

I - Aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;

II - contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;

CONTROLADORIA GERAL
Praça Gonçaives Dias, s/n – Centro. CEP: 65.604.010
E-mail: controladoria@caxias.ma.gov.br

STORE OF THE PARTY OF THE PARTY





III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

IV - objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento;

V - aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha. (grifo nosso)

O inciso V do supracitado art. 74 prevê a înexigibilidade para a contratação cujas características sejam "aquisição ou locação de îmóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha", que é o caso em tela, visto que somente o presente imóvel dispõe das características almejadas para suprir o Interesse público, de acordo com as características técnicas apensada aos autos.

Com efeito, percebe-se que o objeto da presente contratação não se trata de um serviço geral, onde qualquer imóvel satisfaria as necessidades da Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Administração e Gestão Fazendária. Trata-se, sim, de demanda especializada, cuja o caminho da futura celebração do contrato está devidamente justificado, dado a particularidade do interesse público nesse caso específico.

III – DA DOCUMENTAÇÃO DOS AUTOS:

Com base na análise realizada dos documentos presentes nos autos do presente processo administrativo, verifica-se, a ausência do Documento Público de Registro do Imóvel (Certidão de Registro do Imóvel expedida pelo cartório competente). Desta forma, para que seja sanada a pendência, recomenda-se a juntada da documentação necessária.

IV - CONCLUSÃO:

Cumpre salientar que esta Controladoria Interna emite parecer sob o prisma estritamente de conformidade do processo, não lhe competindo adentrar a conveniência e à oportunidade dos atos praticados no âmbito da Administração.

Além disso, este parecer possui caráter meramente opinativo, não vinculando, portanto, a decisão do gestor.





Ex positis, com fulcro nas disposições normativas pertinentes, esta controladoria após análise documental e processual dos autos, recomenda pelo atendimento do disposto no item ill do presente relatório, e manifesta-se pela conformidade do processo administrativo em comento, OPINANDO pela possibilidade da Cefebração do Contrato de Locação.

Retornem-se os autos a Comissão Permanente de Licitação para as providências cabíveis.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Caxias/MA, 08 de Julho de 2025.

Lillian de Maria Paiva Souza

Coordenadora do Controle Interno Advogada OAB/PI 12.590

Isalas Jose da Silva Neto Controlador Geral do Município